

Ata da Vigésima Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 16 (dezesseis) de outubro do ano de 2001 (dois mil e um)

As quinze horas do dia 16 (dezesseis)

de outubro do ano de 2001 (dois mil e um) sob a presidência do Sr. Edúardo Eduardo Poncio da Silva (Presidente em exercício) e com a presença da Sra. Maria Benedita da Silva (Vice-Presidente) e do Sr. João Carlos de Oliveira (Secretário), realizou-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Senhores: Luis Bessa de Figueiredo, Altair da Silva, Amaury Valério, Homero Junior, Antônio Carlos de Lencastre, Augusto Salvador, Evandro de Carvalho, Emanoel Fernandes, Fátima da Silva, Gustavo Antônio Guimarães, Brangança, João dos Santos Mendes, José Eduardo Silva de Almeida, Luis Carlos Lobo, Paulo César da Silva, Almeida e Rui Machado de Sousa. Havendo número regimental o Sr. Benedita Benedita em exercício declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus Nosso Senhor, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata da Primeira Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo, Ata da Segunda Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo, Ata da Terceira Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo e Ata da Quarta Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo. A seguir, o Sr. Benedita Benedita em exercício realizou ao Sr. Benedita Benedita a leitura da Ata da Sessão, que consta do seguinte: Projeto de Resolução nº 026/2001 - Vereador Luiz Silva da Rocha, assunto: Confere título de Cidadão Cabofriense a Senhora Maria dos Anjos de Freitas Melo, Projeto de Resolução nº 027/2001 - Vereador Luiz Silva da Rocha, assunto: Confere título de Cidadão Cabofriense a Senhora Louquana Pinheiro Nunes Ribeiro, Projeto de Resolução nº 029/2001 - Vereador Gustavo Antônio Guimarães Brangança, assunto: Confere título de Cidadão Cabofriense ao Sr. Lindberg Albuquerque Brito, Projeto de Resolução nº 030/2001 - Vereador Altair da Silva (Pl), assunto: Confere título de Cidadão Cabofriense ao Sr. Lindberg Albuquerque Brito, Projeto de Resolução nº 031/2001 - Vereador Altair da Silva (Pl), assunto: Confere título de Cidadão Cabofriense ao Sr. Wilson Queiroz, Projeto de Resolução nº 032/2001 - Vereador

Augusto Salvador Bandeira de Azevedo, assunto: Pontão título de Cidreira Labfaria  
e ao Senhor Antônio Santana Filho, requerimento n.º 149/2001 - Vereador Ama-  
ry Valério Thomaz Júnior, assunto: Arquivar e homologar informações sobre a  
flutuação da água consumida pelos municípios de Cabo Frio. Indicação  
n.º 376/2001 - Vereador Altair Graça da Silva (Gpl), assunto: Relatório ao  
Sr.º Senhor Prefeito Municipal reforma qual do campo de futebol localizado  
do na Rua Osvaldo Cruz, no Bairro Maio do Brejo. Indicação n.º  
377/2001 - Vereador Altair Graça da Silva (Gpl), assunto: Relatório ao Sr.º  
Sr.º Prefeito Municipal reforma qual do parque municipal, no Bairro  
Maio do Brejo. Indicação n.º 378/2001 - Vereador Altair Graça da Silva  
(Gpl), assunto: Relatório ao Sr.º Sr.º Prefeito Municipal reforma qual da pra-  
ça Francisco Júlio de Azevedo, no Bairro Maio do Brejo. Sumarizada  
Juliana do Cordeiro, o Senhor Presidente em exercício transcreveu a su-  
mula aos Senhores Expositores. Como primeiro Expositor, ocupou a  
tribuna o Senador Nicácio Ferreira do Espírito Santo, que inicialmente proce-  
deu as saudações de mere. A seguir, registrou que somente ocupa-  
ra a tribuna para parabenizar o Coordenador Geral do Projeto o Se-  
nhor Ivan Veloso, pelo primeiro Povo Integrado de Futebol de Cabo  
Frio, realizada no último sábado na Associação Olímpica Cabofriense,  
sob o título "Vivo sem drogas", destacando o grandioso trabalho que vem  
realizando o Senhor Ivan do Veloso com expositores de tudo. A seguir, au-  
torizou a tribuna o Senador Fábio dos Santos Mendes, que inicialmente  
lamentou a onda de violência que vinha afetando toda a popu-  
lação, referiu-se ao assassinato do jovem estudante Suedy, filho de fa-  
mília humilde, morador do favelado do bairro do Rio de Janeiro, brilhante  
aluno do Colégio Pedro II, tendo sido o primeiro colocado no concurso  
para ingresso no curso Polígono. Disse que o jovem estava hospedado  
na casa da atriz Nela Rompim em Cabo Frio, desfrutando de sua primei-  
ra visita a cidade, e quando voltava de mais em companhia de Debel  
Rompim, filha de Nela Rompim, foi convulsivamente baleado em desgracia  
de assalto em plena luz do dia, à beira do Canal no Bairro Inte-  
nho, onde mora a atriz. E ainda que o família do rapaz doara seus  
órgãos em gesto de imensa generosidade. Adiante, registrou aumen-  
to de trânsito quando no Bairro de Unamar envolvendo três trabalhadores  
de um depósito de bebidas do Bairro do Gamboa, ocasionando o óbito de

um jovem que faleceu enquanto recibia atendimento no Hospital de Tamoyoc e  
 outro que ainda mantém-se em estado grave, sobe a intervenção  
 do Senhor Senador e do Governo Estadual quanto a instalação de uma  
 equipe de Policiais de Bombeiros no local, visto tratar-se de uma rodovia  
 de alta notoriedade e cenário de constantes acidentes automobilísticos.  
 O requerente referiu-se o notícia da mídia local, na última semana, desta-  
 cando que não aprendeu que o Prefeito Blas Cornejo encontrava-se em 2008  
 nos bates representando o Município. Disse que não acreditava em tama-  
 nho desparatismo, visto tal ação em uma influência política administrativa  
 ou melhor, política administrativa que tenha como preta a perda tácita  
 do mandato, segundo Artigo 55 da Lei Orgânica do Município que deriva  
 na pena que o Prefeito não poderia ausentar-se do País sem autorização  
 legislativa. Continuando, discorreu sobre Artigo que enuncia por órgãos  
 locais, pela Empresa Celsa Viacção Boliviana como institucional, a fim de  
 divulgar o termo de Presto de Conduta assinado pela Empresa repre-  
 sentada pelo Senhor Carlos Rogelio Torres de Carvalho e o requerida do tra-  
 balho Daniel Quintan Salazar, como testemunhas a Sra. Sra. Ruzma Cedeiro de  
 Paz e Fabiana Rapente Samalva. Disse, que o termo de Presto de Condu-  
 ta, não possui a validade jurídica, respaldando suas denúncias no  
 Menú do Caso Legislativa de que a instalação das câmeras eletrônicas  
 não uma ameaça ao emprego, e sim uma ameaça de todos os que se  
 posicionaram favoráveis ao projeto de Lei de sua autoria que proíbe  
 tal procedimento. Sendo, que num único parágrafo o termo de Presto  
 de Conduta proíbe a supressão de qualquer taxa de cobrado  
 nos de ônibus em função da adoção do sistema de cobrança eletrônica  
 enquanto vigente a Lei Estadual 3349 de 29 de dezembro de 1999. Sendo,  
 que ao reconhecer a vigência da Lei, a Empresa, o Sindicato Roblewo e a  
 Justiça do Trabalho, estavam disturbando, com a que o Menú aprovada na  
 sessão próxima período, de que o mesmo Menú não tem legitimidade para  
 legislar sobre o transporte, porque assim como não podia ao Menú, não  
 podia também a Assembleia Legislativa legislar sobre câmeras eletrônicas  
 o que era uma atribuição exclusiva do Congresso Nacional da última sessão.  
 Sendo, que estava com o termo de Presto de Conduta assinado junto  
 ao Sindicato Roblewo do Trabalho, o reconheceu membro de que o Menú  
 não era legítimo, para legislar sobre câmeras eletrônicas e sobre no

Parágrafo único do Termo de Ajustamento de Conduta, a existência de que-  
haveria demora com a instalação de tal dispositivo. Destaquei, que já  
havia encareado no Anterior e que já junto ao Governo do Estado para que  
fosse demarcado os metros da Lei 3349 que proibia o adoção do sistema  
eletrônico, e ainda, que no Termo de Ajustamento de Conduta colocava da-  
damante uma "brecha" para que vinha a Lei se procedesse a demora  
em massa de 400 vagas de trabalho. Adiante, disse que rapidamente  
o Antônio votou o Projeto de Inconstitucionalidade ao Projeto de Lei  
de sua autoria DL 2001. Adiante, disse que exigiu da Empresa explica-  
ções quanto a nota publicada, apoderando inclusive a política empre-  
mática com o bem estar da sociedade, afirmando em uma nota pu-  
blica, com objeções plano de envolver homens públicos com o sistema  
que não atendia ao interesse maior da coletividade. Disse, que ainda  
havia tempo para o legislador denunciar ao Conselho Público do  
Trabalho as tentativas de alteração da Lei 3349/99, negando a verda-  
de. Encerrou sua fala afirmando não existiam políticos como nome-  
lidos com o sistema perverso que escravizava e explorava a popula-  
ção. A seguir, abriu a tribuna o Vereador Emanuel Fernando, que ini-  
ciou sua fala parabenizando ao Vereador Sânio dos Santos Mendes por  
sua preocupação com o bem da coletividade, e ainda, parabenizou  
a Secretaria Municipal de Cultura pelo desenvolvimento de trabalho jun-  
to a crianças e jovens de bairros da periferia, envolvendo-as em ati-  
vidades culturais. Negou sua preocupação com o crescente aumento  
da violência no município, destacando o fato relatado pelo Vereador  
Sânio Mendes, do assassinato do estudante no Bairro Botânico. Reafir-  
mou o compromisso do legislador com o bem estar social. E ainda,  
ressaltou que até mesmo o Lei de Defesa do Direito do Consumidor  
resguardava o emprego do trabalhador. Fez comentários sobre Projeto  
de Lei de sua autoria dispondo sobre a adoção de funcionários em  
terminais eletrônicos do sistema de transporte coletivo para melhor  
atendimento aos usuários. A seguir, discorreu sobre as vantagens de  
construção do seu Projeto de Lei, do ponto de vista do passageiro, quan-  
to na questão de novos empregos oriundos da implantação do citado  
sistema de trânsito. Mostrou a legitimidade do Poder Público, apoderar a  
informação recebida da Comissão de Ética e registros recebidos para elabora-

eão de proposição relativa a questão de armas, no que menciou sua fala, não  
 havendo mais trabalhos marcados para o uso da tribuna, o Senhor Presidente em  
 exercício conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa foram apre-  
 sentadas as seguintes matérias: foi aprovado parecer favorável da Comissão de  
 Constituição e Justiça e de Cidadania para a Comissão de Urbanização e Serviços Públicos  
 em os seguintes projetos: projeto de lei nº 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224/2001  
 foi aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encami-  
 nhado para a Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei nº 222/2001 Apro-  
 vado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e encaminhado  
 para a Comissão de Finanças, Orçamento e Administração o Projeto de Lei nº 223/2001  
 foi rejeitado o Projeto de Lei nº 224/2001 para a Comissão de Constituição e Justiça e encaminhado para a Comissão  
 de Finanças, Orçamento e Administração os seguintes projetos: Projeto de Lei nº  
 225 e Projeto de Resolução nº 222/2001. Aprovado parecer favorável da Comis-  
 são de Constituição e Justiça e requerimento de Urgência nº 200/2001 para a  
 Emenda Substitutiva nº 201/2001 para as demais Comissões técnicas emitem  
 parecer. Foram encaminhados para a Comissão de Constituição e Justiça os  
 seguintes projetos: Projeto de Resolução nº 226, 227, 228, 229, 230, 231 e 232/2001  
 foi rejeitado o requerimento nº 199/2001 e aprovadas as Indicações nºs:  
 316, 317 e 318/2001. Sumariada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente em exer-  
 cício prorrogou a tribuna para a Ordem do Dia. Depois a tribuna em  
 Ordem do Dia o Vereador João Eduardo, que iniciou sua fala fazendo com-  
 mentários quanto ao pronunciamento do Vereador Santo Mendes, esclarecendo  
 que o Vereador edevara apenas um espírito, e que só famoyos, em Lagoa, ou  
 melhor que não só famoyos, em Lagoa, mas também Bana de São João  
 e Casimiro de Abreu, sendo que Bana de São João na distrito de Casimiro de  
 Abreu, sendo limitados e carecendo de inúmeros equipamentos essenciais pa-  
 ra qualquer comunidade, não havendo unidade de Ações Coletivas, Escola  
 técnica profissionalizante, Centro Comunitário, havendo completa dependência  
 do Município de Bana de Abreu, havendo o Ações Coletivas, havia elaborado requerimento  
 solicitando a instalação de unidade, com o necessário aparato para aten-  
 der a população. Houve ainda de expedientes de sup. autuário solicitando  
 ambulatório e consultório de oftalmologia, e quanto ao hospital de Lagoa,  
 vinha atendendo aos municípios vizinhos, sobrecarregando o nosotômio  
 exigindo da autoridade pública providências no sentido de que formalizar

do se conseguir, o atendimento pudesse estar a altura do desenvolvimento daquela região, evitando-se assim, o congestionamento de um exemplo do aproveitamento de residências. Quanto ao Hospital de Bama de São João, já está estudado, e assim, intenção que através de outros procedimentos, pudesse haver a adequação para que o Hospital de Tamoyos, e o da Bama de São João, pudessem atender a população de forma mais ampla. Concluiu sua fala comentando que o Hospital de Tamoyos estava atendendo suas finalidades, sem falta de meios, e ainda, que o seu Diretor reside nas proximidades, o que facilitava a solução de problemas que lhe dizem respeito. E depois, explicou a Turma o Vereador Augusto Valverde falando de Baralho, que iniciou sua fala parabenizando a CENAP, por ter conseguido no futuro entregar para os militares a prisão estabelecida no mesmo cancelo Olinda, e que havia sido suscitada pelo Governador Antonio Garotinho. Disse que o argumento usado para suspensão da prisão, era de que tal benefício era dirigido para militares que matavam, afirmando o Chefe que no exercício do atendimento militar nunca matara ninguém e que conquistara duas prêmios em função de sua dedicação no trabalho contra o crime organizado, tendo inclusive feito a prisão de dois dos maiores sequestradores do Estado, um em Cabo Frio e o outro em Campos. Respostou a questão da violência, com o assassinato de um jovem de dezesseis anos no Bama Olinda, e na semana anterior de outro jovem no Bama São, entre outros exemplos de violência, e assim a questão da segurança na delegada a segundo plano pelas autoridades. Concluiu com a pena de morte defendida pelo então deputado Amador de que como argumento mostrava que os bandidos ao assassinarem e violentarem haviam na realidade desvirtuado a pena de morte há muito tempo, explicou que havia feito a prisão do assassino de um jovem de 15 anos, fato ocorrido na terça-feira passada, e que graças a Deus, o mesmo ficou apenas três anos preso, voltando para Cabo Frio, trabalhando nos seus, e que agora estava novamente preso, comendo os custos do hotel e ainda pleiteando algumas melhorias pelos Defensores dos Direitos Humanos, no que iniciou sua fala. E depois, explicou a Turma em explicação sobre o Vereador Amador Valério Thomas Júnior, que iniciou sua fala comentando que o artigo "bonito" lido pelo Vereador Gustavo Amador

no o que havia sido colheado no estado de dependência pelo Governo, do qual foi um dos mais importantes integrantes. Disse nunca ter oprimido de que o povo na luta, mas, sim aqueles que concorreram na sociedade, e que o nada respeitarem, e ainda, disse em final mostrar monarca e burocratas com o Governo, mas, que os outros esqueçam das mazelas que haviam sido unido em outros administradores, e assim de voltar impressões como "maias despretensivas, e estado sonriço", na verdade, quando do Governo José Bonifácio, falou da aprovação do Livro de Defesa do Deferente Negro, e de cinco esboços, e que no dia 14 do corrente, às 14 horas na Praça São Rocha, houve reuniões de de humildes, em cadernos de notas, buscando principalmente espaço na mídia motivando a opinião pública para tal importante segmento da sociedade. Quanto a questões das rampas, disse que não a priorizar e talvez não tenha que pensar-las, entendendo que toda a sociedade e setores produtivos de viriam participar provendo o deferente de maiores facilidades no dia a dia. Referiu suas palavras quanto aos vandais que destruíam propósitos públicos, e enfatizou a responsabilidade da Câmara Municipal no sentido de punir, no que encerra sua fala. E seguiu, ocupou o tribuna o Vereador Augusto Caladrelli, referendo, ocupou o tribuna o Vereador Gilson Antônio Guimarães Branco, que inicialmente, disse que a situação é operativa na complexidade quando estivessem nam aborridos democraticamente e que os objetos e questões pessoais eram resolvidas pelo interesse coletivo, embora o âmbito de poder legislativo caberem aceitar algum fator de adequação. Disse que não tinha o mesmo hábito dos Vereadores governistas que faziam a crítica olhando pelo retrovisor da história, afirmando que José Bonifácio estava morto, que era fantasma, mas, sempre demonstrando o do seu prestígio. Disse que não quer falar de José Antônio Alves da Fonseca, mas, falou em o estado atual pelo líder do Governo, e assim passou a referir nos escritos que esboçara, relatando que realmente o estado era público, ligando também esperança a São Paulo, se deteriorara, em apenas três meses, na verdade, "maias sonriço" ou "estado do Paraguai", na linguagem popular, e assim disse que não tinha a intenção de mentir e ainda, que o elogia durante no caso, no o que sempre de relata, como debates simonistas privando sobre outros interesses, no que encerra sua fala. E seguiu, ocupou o tribuna o Vereador Eduardo Antônio Silva, que iniciou

na sua fala demonstrando sobre a questão da instalação de Unidades Eletroeletrônicas nos bairros eletrônicos, ressaltou que a sobrevivência do poder público, tomado no caso, estava na manutenção da estrutura na parte financeira do eletro. Quanto ao parte do estudante, disse existir alternativas para o encontro de soluções, e ainda, que entendia a questão do fundo de recursos cobrada pelo Empreendimento do Autoatendimento, e que jamais houvera uma busca pessoal, mas, tão somente a defesa dos interesses da coletividade. Inquiriu sobre a Comissão de Constituição e Justiça para que colhecesse na Junta Tríplice de sua esfera despendo sobre uma parte alternativo para portadores de deficiência física e de mobilidade reduzida, agradecendo a colaboração de todos os Vereadores em sua iniciativa que dá uma presença a representatividade do Câmara Municipal de Povo Novo. Disse, havendo mais prioridades para o uso do Tabuleiro em Exploração Pessoal, o tenha presente em exercício e preencha o preceito desde em nome de Deus, marcando Brandão para no dia de dez minutos. E, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Acórdão, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

x  
 x  
 x  
 Oprim  
 Avelino

Ata do sétimo Sessão Ordinária do Segundo Período legislativo da Câmara Municipal de Povo Novo, realizada no dia 16 de agosto de outubro do ano de 2001 (dois mil e um).

As dezesseis horas do dia 16 de agosto de outubro do ano de 2001 (dois mil e um) sob a Presidência em exercício do Vereador Eduardo Costa Neto e com a participação do Primeiro Secretário pelo Vereador Ricardo Ferreira da Fonseca, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Povo Novo. Após leitura, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Aires Barros de Aquino, Allan Grego da Silva, Amansy Valério Thomaz Júnior, Antônio Carlos de Paiva